

A psicanálise na pesquisa em psicologia social

Psychoanalysis on social psychology research

Daniel Menezes Coelho

Resumo

Este trabalho tenta condensar algumas questões com as quais nos deparamos na tarefa de fazer habitar a psicanálise dentro de um programa de pós-graduação e pesquisa em psicologia social. Partiremos de questões preliminares, mas que julgamos importantes pela recorrência, como a discussão indivíduo versus sociedade e o problema da demarcação de áreas e sub-áreas na ciência e em seu fomento; seguiremos fazendo considerações sobre questões metodológicas que aparecem em pesquisas de campo orientadas pela psicanálise, como a possibilidade de transposição do método clínico da análise e alguns de seus principais conceitos para esse tipo de pesquisa; concluiremos levantando problemas quanto à possibilidade de transpor a própria ética que a psicanálise traz de sua clínica para o trabalho e a pesquisa de cunho acadêmico.

Palavras-chave

Psicanálise; pesquisa; psicologia social.

Abstract

This paper tries to condense some of the questions we face on the task of making Psychoanalytical research on a graduate school and research program on Social Psychology. We'll start on preliminary questions, which we see as important ones because of its recurrence, such as the discussion between individual versus society, and the problem of demarcation of areas and sub-areas on science and on its promotion; follow by doing some considerations on methodological questions, that appears on field research with psychoanalytical orientation, such as the possibility of transposing the clinical methods we find on psychoanalysis and some of its most important concepts to this kind of research; to finish, we put up some problems regarding the possibility of transposing the psychoanalytical clinic ethic itself to the work and research on the academy.

Keywords

Psychoanalysis; research; social psychology.

Daniel M. Coelho

Universidade Federal do Sergipe

Psicanalista, Doutor em Teoria Psicanalítica (UFRJ), Professor Adjunto II do Departamento de Psicologia e do Núcleo de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Sergipe.

daniel7377@gmail.com

A psicanálise na pesquisa em psicologia social

Já faz alguns anos que enfrentamos a tarefa de fazer habitar a psicanálise dentro de um programa de pós-graduação e pesquisa em psicologia social. Este trabalho tenta condensar algumas questões com as quais nos deparamos nesta tarefa. Algumas não são, em absoluto, novidades, seja para o campo da psicanálise, seja para o da psicologia social, mas como nos parecem importantes como ponto de partida de discussões menos exploradas, e ainda, como são questões que volta e meia retornam, achamos por bem fazê-las constar aqui.

Dentro desta classe, nos parece importante retomar, primeiramente, a discussão acerca das relações entre o individual e o social. Ela é ponto de partida por duas razões: primeiro, para que respondamos de saída uma crítica pouco esclarecida, mas sempre presente, qual seja, que a psicanálise é uma prática que lida com indivíduos, e não com o social. Logo depois, e na esteira da primeira questão, achamos necessário tecer considerações a respeito dos problemas de área do conhecimento, que atravessa desde a organização de cursos de graduação e pós-graduação, até as classificações de áreas e sub-áreas de conhecimento das agências de fomento à pesquisa, mas sobretudo o entendimento dos próprios pesquisadores (sempre submetidos, em maior ou menor grau, a tais organizações e classificações).

Passadas estas questões preliminares, organizaremos nossa discussão em mais duas sessões: a primeira será dedicada a problemas de método. Esta sessão vem de nosso esforço, no trabalho de pesquisa, de afirmar a possibilidade de utilização do método psicanalítico na pesquisa social, ou ainda, na pesquisa em psicologia social. Ainda que desde Freud a psicanálise não tenha se furtado a falar sobre a sociedade e a cultura, e ainda que Freud mesmo tenha afirmado que nesse debate talvez residisse a maior contribuição que a psicanálise tinha a oferecer a seu mundo, a tarefa de transpor um método eminentemente clínico – que nasce do trabalho com pacientes neuróticos dentro de um consultório, que supõe um tipo de fala e de escuta bastante singulares, que espera o aparecimento do fenômeno da transferência como condição *sine qua non* para o trabalho a ser realizado – para uma pesquisa geralmente dita “de campo”, não é tarefa exatamente simples, mas tampouco impossível.

Levaremos tal discussão até o ponto do questionamento ético – ao qual será dedicada a última sessão do texto. Parece-nos que esse movimento esclarece certas dificuldades, inclusive as de método, e faz encontrar um rigor a partir do qual a psicanálise pode mostrar sua especificidade dentro do campo das discussões sobre a sociedade, e mesmo para além deste.

O individual e o social

Como dissemos, trata-se de uma questão preliminar. Tentaremos tratá-la, então, com a brevidade necessária.

É uma falsa questão. Isso diria tudo. Ora, não há uma coisa sem a outra, não há indivíduo que não esteja colocado dentro de um quadro social, não há sociedade que não seja composta de indivíduos. O estudo de um implica necessariamente o estudo de outro. É assim que o elemento cerne de uma teoria da personalidade (com todas as reservas que podemos ter para esse termo), em psicanálise, ou seja, a instância psíquica do eu não poderá encontrar outra origem que os traços identificatórios dos outros: pai, mãe, e todos (FREUD, 2010 [1914b], 2011 [1923]). Onde há eu, assim, há outro. Um eu é sempre uma população de traços de outros. De fato, a chamada segunda tópica freudiana, tantas vezes tomada como teoria da personalidade

individual, tem em seu cerne a questão do outro. Se na primeira tópica o ponto de ataque é a equivalência entre psíquico e consciente, ou seja, se ali se trata de demonstrar que há psíquico onde não há consciência, a segunda tópica tem como alvo principal o ensimesmamento do eu, sua pretensão de autonomia e soberania. Freud revelará este eu como instância oferecida ao amor do outro (seja ele pai, mãe, amante, ou ainda isso ou supereu), para sempre constrangido, em grande dose por questão de sobrevivência, por suas “relações de dependência” quanto a esses outros (FREUD, 2011 [1923], p. 59-74). Trata-se ali de afirmar a inseparabilidade entre eu e outro, tanto enquanto fenômeno (não há um sem outro) quanto no nível do entendimento teórico (eu revela-se outro a todo o momento).

Pela outra via, o *socius* faz grupo, massa. Age, não raro, como um, com coesão impressionante, que causa arrepios quando a vemos nas grandes manifestações nazistas, mas também admiração quando se tratam de grandes esforços coletivos outros. Freud alinhará a psicologia das massas e a análise do eu num só fôlego (FREUD, 2011 [1921]), levado a cabo pelo estudo do mecanismo de identificação presente na formação tanto de um como de outro. Em sua pena, não se encontra grande diferença entre o grupo e o eu. Trata-se de duas entidades mantidas juntas por laços libidinais identificatórios.

O texto de Freud revela ainda o pânico com o qual o assunto da massa, do grupo, ou do social, era encarado no momento da sua escritura. A leitura que ele nos deixa de *Le Bon* (FREUD, 2011 [1921], p. 16-31) deixa à mostra o verdadeiro pavor diante da possibilidade de um levante das massas. O termo “massa” já é denunciativo. Uma massa não é uma forma, não é um engenho, uma máquina que se prevê funcionamento. É imprevisível, estúpida, sugestionável. Ou bem ela é rebanho, ou bem ela é manada. O segundo caso é extremamente perigoso. Problema bem próprio da época: controle de populações que cresciam, medo dos levantes populares, lembranças mais longínquas como a da Revolução Francesa, ou ainda então recentes, como a da Revolução Soviética.

Há, claro, discursos que se opõem a esse diametralmente. É preciso lembrar, com Dumont (1983), por exemplo, o perigo que é o indivíduo. Referimo-nos claro, à ideologia individualista. Derrocado o mundo das hierarquias holísticas, o homem não encarnaria afinal o lúpus de Hobbes? Uma sociedade que declara o valor do indivíduo acima de todos os outros não seria algo da ordem de uma doença auto-imune?

Por um lado, o modelo de indivíduo – aquele bem educado, bem formado, cortês, de boa etiqueta – ameaçado pela massa disforme da gentália; por outro, o modelo de sociedade – com hierarquias, obrigações para cada um, funcionando em prol de um bem que é de todos – ameaçada pelo indivíduo transgressor que não tem em conta seu próximo. De um ponto de vista que é ao mesmo tempo subjetivo e histórico, seria interessante lembrar que esse par, indivíduo e social, encarnou-se numa enorme guerra nunca tida, e por isso chamada guerra fria. Qualquer um nascido até fins dos anos 70 tem na lembrança íntima, mesmo que televisiva, os mísseis, aviões, supersoldados, enfim, toda a parafernália da corrida armamentista entre EUA e URSS. Lembra do sorriso de Reagan, da careca manchada de Gorbachev, do muro que partia Berlim, da cortina que dividia a Europa. Lembra, sobretudo, do imperativo a decidir de que lado se estava.

Lembra, então, que os EUA faziam o discurso da defesa das liberdades individuais, ainda que sob o preço da paranoia constante de haver um supra-Estado hiperpoderoso que tudo controlava e que escondia todo tipo de coisas dos cidadãos (de novas tecnologias a extra-terrestres em Roswell). Paranoia essa que não era injustificável, pois o valor da liberdade individual era defendido por meio de inquéritos caça-bruxas-comunistas iniciados nos anos 40, logo após a Segunda Guerra. Lembra, ainda, que a URSS fazia o

discurso da defesa do bem comum, ainda que a pedra de toque disso fosse o grande líder, Lênin, Stalin. O corpo de Lênin, embalsamado, exposto por tanto tempo e com tanta solenidade na praça vermelha, isso era um bem comum? A imagem de Lênin-Stalin, em enormes cartazes e estátuas, a veneração e o temor que inspiravam estes grandes indivíduos, era aí que residia o valor de uma sociedade igualitária?

Assim, nos parece necessário apontar, e de saída, que a escolha de um lado implica, um passo adiante, um compromisso com o outro. Escolha impossível, porque muito mal formulada, mesmo que tenha atravessado intensamente a segunda metade do século XX, e mesmo que a reencontremos diversas vezes na história. Hobbes e Locke, suas concepções de Homem e de Sociedade, colocam, não obstante, a mesma formulação, claro que em roupas diferentes: de um lado, um bom homem de direitos naturais corrompido por um meio do qual se deve defendê-lo, fazendo-se garantir a validade de seus direitos; do outro, um homem-lobo, violento e cruel, que cede de sua agressividade apenas para vê-la realizada no estado-leviatã (CHÂTELET, 1994, p. 70-86).

Um problema de “áreas”

Há ainda outra questão, certamente também preliminar, mas que merece ser abordada. O merecimento vem do seguinte: na primeira reunião que tivemos com agentes da CAPES para avaliação do nosso programa, uma das questões que nos foi colocada era a seguinte: o que fazem aqui os psicanalistas? Afinal, psicologia social é uma coisa; psicanálise é outra.

Não tivemos dificuldades maiores quanto a isso, por inúmeros motivos, que vão dos políticos aos epistemológicos, e estamos ainda hoje bem abrigados dentro do Programa. Os textos sociais de Freud, uma série de grandes nomes da psicanálise que se debruçaram sobre o tema, mas, sobretudo, autores muito próximos e muito utilizados dentro do universo da própria psicologia social que citam os psicanalistas, e que trabalham com ideias como as de inconsciente, ou ainda, de sujeito e Outro (advindos da obra de Lacan), enfim, um século e pouco de conversas, senão entre psicanálise e psicologia social, pelo menos entre psicanálise e o social, fazem as questões epistemológicas restarem muito bem resolvidas. O que deixa a entender – desconfiança, interpretação, o que queiram – que o que havia ali era uma questão política.

Questões epistemológicas, se observadas a partir de certo ângulo – sobretudo aquele que desconfia que uma razão possa servir de juiz de última instância, ou ainda, que desconfia da noção mesma que pode haver um juiz de última instância – se revelam muito frequentemente questões de política. É um erro crer que uma ciência possa se constituir sem que se constituam também relações de poder e de política entre ela e o que a circunda. Mesmo Popper, último grande bastião do positivismo, admite sem dificuldades que sua proposta epistemológica, por mais que proponha uma lógica da investigação científica, não pode se fiar em outra coisa senão em uma “convenção coletiva” (POPPER, 1975 [1934], p. 272), um acordo político, portanto, entre os cientistas. Muito embora (e devido mesmo à posição que logrou em ocupar) a ciência possa colocar-se, quando lhe convém, como alheia às disputas políticas e interessada somente na procura da verdade, sua história, suas peripécias, e certos campos em especial, tornam bastante claro que ela participa da cidade dos homens, que habita a polis, se interessa por ela, pensa junto com ela, almeja seus grandes cargos públicos, joga seu jogo de poder e de convencimento.

Se na física, pelo distanciamento da vida humana que esse campo pode evocar, pelo alheamento próprio ao seu objeto (corpos celestes não

costumam mudar seu comportamento pela vontade dos homens da polis), é mais possível bancar uma posição neutra, isenta de qualquer desejo ou interesse do pesquisador ou de seu grupo (mesmo que a leitura de autores como Koyré (2006 [1957]) e Feyerabend (2011) torne difícil manter tal posição), assim que passamos desta para as ciências da vida, sobretudo a partir da leitura de Canguilhem (2011 [1966]), tal distanciamento se torna impossível. Estudar a vida é, necessariamente, defendê-la. Há uma escolha intrínseca pela própria vida a partir do momento em que se a estuda. A cada vez que nos aproximamos mais da órbita humana, mais tais escolhas são feitas. De fato, era a isso que nos referíamos na sessão anterior. A questão “indivíduo x sociedade” é questão, sobretudo, de escolha, e de escolha sem muita opção. Ou bem se escolhe o Homem, ou bem se escolhe o Homem.

Por outro lado, é preciso lembrar, sobretudo a partir da obra de Lacan, a distinção muitas vezes operativa entre a psicologia (social ou não) e a psicanálise. A leitura do Seminário 2 (1995 [1954-1955], p. 9-21) produz de fato uma cisão entre os dois termos. Cisão essa que Lacan é levado a fazer, mais uma vez, não por grandes diferenças epistemológicas, mas pelos constrangimentos éticos e políticos.

Na verdade, a “psicologia” de Lacan nesse momento é toda a psicanálise inglesa e americana, é a aproximação da análise com a psiquiatria, a medicina, e a psicologia do ajustamento. Trata-se ali de levantar a bandeira do que Lacan chamará de sujeito, de trazer de volta à cena o ímpeto freudiano de um inconsciente que por definição é desajustado, de uma concepção de eu para quem a independência e a soberania não podem ser de forma alguma garantidas. Assim, a discussão deve girar, da questão de como produzir um eu ajustado, independente, soberano de si, para a questão (freudiana por excelência) de entender onde estão suas “relações de dependência”, como Freud assinala ao fim de *O eu e o isso*.

Nenhuma pretensão nossa – um lacaniano aqui protestaria – de um divórcio com o campo da psicologia. Antes, como dissemos, é preciso entender as “relações de dependência” que com ele nutrimos.

Pois ora, sobretudo no quadro brasileiro contemporâneo, o lugar que o psicanalista é levado a habitar é a universidade de psicologia. Seja por formação, seja por exercício da profissão, lá estamos. A atitude isolacionista que pode tentar o analista aqui – algo como fazer parte apenas por burocracia daquele mundo – nos parece, em primeiro lugar, defensiva; não obstante, e mais importante, demissionária: é calar a boca onde quem sabe uma intervenção possa fazer diferença. Ainda que a distinção de Lacan, e nosso nunca completo conforto com o lugar que nos dão, não deva ser jamais esquecida. Dá-nos certa liberdade, de poder, quando é o caso, produzir a discordância e a crítica.

A psicanálise é sem lugar, mesmo quando encontra hospedagem. A reclamação do jovem Freud de que não há quem lhe dê ouvidos, que a universidade, a medicina, a sociedade, resistem à psicanálise (FREUD, 2011 [1925b]), deve ser lida, como de costume, de trás pra frente: em *Análise terminável e interminável* (1969 [1937]) não é mais a solidão que o incomoda, mas o excesso de companhias. Parece que resistem à análise ainda, mas não largam do divã nem da figura do próprio Freud. Ter tido em Moisés o último fetiche também não é sem significação: a errância do judeu, liberto do jugo egípcio, mas sem jamais encontrar a terra prometida, sempre no entre, é uma bela alegoria da história da psicanálise, e ainda do seu próprio modo de construir-se como conhecimento (1969 [1937]). Nesse entre, fica-se onde se consegue, e segue-se adiante quando necessário.

Assim é que, no momento dessa escrita, nos deparamos com algo que tínhamos comodamente esquecido: na tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES não há um campo chamado psicanálise. Ainda bem¹.

1

Alguns poderiam retrucar que, assim como não há psicanálise, não há também behaviorismo ou fenomenologia como área de conhecimento – ou seja, que a organização de tais áreas e sub-áreas não responde a um aspecto de orientação teórica, único cujo escopo poderia fazer aparecer a psicanálise. Lá existe, no entanto, psicologia experimental (que temos boas razões para entender como orientação teórica, muito embora se estabeleça aí um oxímoro aparente); psicologia cognitiva (cujo peso no quadro contemporâneo, mais que teórico, pode ser colocado quase como ideológico, como entende Ehremberg em *O sujeito cerebral*, 2009); e mesmo, análise institucional: quanto a esta, que razões haveria para colocar-se como sub-área diferente da psicologia social que não questões teóricas, ideológicas e políticas? A apresentação do documento a que nos referimos, na página da capes, indica que a preocupação que guia a sua confecção é “eminentemente prática”: ajudar a sistematização de trabalho dos órgãos que atuam em ciência e tecnologia – logo, a distribuição de recursos; logo, a distribuição de poder, e mesmo de poder de convencimento. Tudo isso (ainda que bastasse indicar a existência dos órgãos de fomento como imprescindível para a atividade científica) parece apoiar nosso ponto de vista (que é, na verdade, o de Paul Feyerabend) que não se pode entender bem a ciência sem entender as relações que esta tem com a polis.

Problemas de método

O método da análise, que acima descrevemos como eminentemente clínico, é praticamente uma ausência de método, no sentido de uma escolha rigorosa de procedimentos de controle, ou ainda no sentido que alguns preferem de um meta-hodos, de um caminho a ser tomado (PASSOS; KASTRUP; ESCOSSIA, 2009, p. 17). Nos escritos técnicos que Freud (2010 [1911-1915]) deixou, podemos destacar dois pilares que, a nosso ver, desenham o que se possa chamar de um método psicanalítico. São as regras de ouro da associação livre – única tarefa dada ao analisando, que consiste em retirar qualquer filtro de censura, de crítica, de lógica ou qualquer outro de sua fala, que deve ser entregue em estado bruto – e da atenção flutuante – espécie de contrapartida na escuta oferecida a esse material bruto, que deve também despojar-se de qualquer seleção de material e de qualquer vontade de buscar ali algo específico.

Essa ausência (metodológica) de método tem uma história que esclarece sua função. Ele surge na lida com as pacientes histéricas, e sua cena primeira pode ser acompanhada nos Estudos sobre Histeria, que Freud escreve em colaboração com Breuer alguns anos antes das primeiras formulações estritamente psicanalíticas (BREUER; FREUD, 1969 [1893-1895]). Especificamente no caso de Emmy Von N. (BREUER; FREUD, 1969 [1893-1895], p. 91-152), a associação livre surge do protesto da paciente diante do método empregado, que utilizava da sugestão (e da insistência na sugestão, vale dizer) para fazer lembrar uma cena traumática. Diante do protesto, Freud recua, silencia, e a paciente passa a um discurso solto que girava em torno da morte de seu marido, e que se revela a chave para o entendimento do caso. É o surgimento espontâneo da associação livre. Deve-se notar ainda que tal surgimento se dá como resistência à sugestão.

Disso, se faz regra. A tarefa fundamental do paciente passa a ser, então, exatamente essa. A de resistir à seleção do material – por moral, razão, importância ou angústia – e entregá-lo em estado bruto ao analista.

A atenção flutuante surge então como contrapartida necessária ao discurso solto da associação livre, e portanto, como entrega da atenção ao próprio inconsciente. Freud (2010 [1912], p. 156) dirá que se trata de deixar os inconscientes se comunicarem. Metáfora à beira da telepatia, mas que tem como função retirar de cena a censura e a resistência, tanto do lado do analisando quanto do lado do analista.

Isso, pensado dentro das quatro paredes do consultório, parece mais exequível que fora dele, ainda que pese aqui a impossibilidade mesma do método até na clínica. Entregar-se à associação livre, deixar-se levar por um discurso que segue ao sabor dele mesmo, é necessariamente encarar angústias paralisantes. A resistência e a censura, o silêncio, a súbita parada no discurso são esperados, e em grande parte, servem de sinal de que se vai a algum lugar de interesse. Como no acordar do sonho de angústia, o silêncio do paciente diz que se chegou perto demais do recalado. Mas, pelo menos, no consultório pode-se colocar a regra às claras; pode-se perguntar ao paciente no que ele pensa enquanto se cala; pode-se intervir, interpretar.

Quando nos propomos a transpor esse método para fora do consultório, perdemos muitos dos nossos poderes. É impossível dizer a um grupo de torcedores de futebol², a um grupo de adesão ao tratamento para pessoas que vivem com HIV ou a um Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) que deite em um divã, relaxe e diga o que quer que lhes passe pela mente, sem selecionar o material. No entanto, é possível deixá-los falar: reunir o grupo de torcedores para uma conversa sobre eles mesmos, mas nisso tomar nota também das conversas paralelas, notar que dois integrantes saem do grupo para ter uma conversa em separado, notar o

2

Quanto a este parágrafo, nos referimos a BATISTA (2011), SOUZA (2012) e SANTOS (2012).

embaraço de um grupo de homens no momento de ser entrevistado por uma mulher. Ou participar das reuniões das pessoas que vivem com HIV, para notar menos a eficácia ou não daquele grupo em termos da adesão ao tratamento que as relações de amizade que dali nascem, ou ainda o fato um pouco assustador da extrema familiaridade que aquelas pessoas têm com o fato de serem estudadas e pesquisadas, ou ainda, momentos de extremo humor promovidos por um travesti que fazia uma performance satirizando a ave-maria de uma missa. Ou escutar, em meio ao trabalho desempenhado no CREAS não apenas o que se ouve nos atendimentos individuais ou em grupos, tampouco o que se fala e o que passa na audiência ou o que se escreve nos relatórios técnicos e nas sentenças judiciais, mas fazer atenção também à conversa informal, ao dito no corredor, aos entraves do próprio trabalho que surgem como efeito do mal-estar produzido pelos adolescentes nos profissionais, bem como ao sofrimento das mães e ao deles próprios, este muitas vezes travestido em hostilidade e silêncio.

Assim, é primeiramente na atenção ao dado de pesquisa que incide a possibilidade de transpor o método clínico da psicanálise para fora do consultório. Nosso interesse, nossa atenção, não está voltada para um dado em particular, mas para o que quer que se passe na cena pesquisada. É preciso estar disponível para escutar algo a mais, para ser pego de surpresa por uma fala supostamente fora de lugar. Aqui então, não estamos distantes da postura que temos no consultório, quando creditamos à transferência e não ao trânsito o atraso do paciente; quando escutamos também o que este diz já fora do gabinete, quando se despede ou lembra subitamente de algo que parece absolutamente exterior ao tratamento. Nada aqui está fora. Nada aqui há de desprezável. É na surdina do que se crê desprezável que o inconsciente aparece.

Outra questão metodológica que a psicanálise impõe à pesquisa diz respeito ao problema da transferência. Clinicamente, podemos entender o surgimento do fenômeno a partir mesmo do mecanismo da associação livre. Trata-se exatamente do fracasso do mecanismo, ponto no qual o paciente deixa de lado o trabalho de rememoração (outra forma de falar do trabalho de associação) e passa a repetir aquilo que lhe era pedido que recordasse: em vez da lembrança do amor fracassado de infância (tomo aqui o modelo do Édipo por pura comodidade), passa a repeti-lo com o próprio analista – modo então de recordar em ato (FREUD, 2010 [1914a]).

É apenas a partir da noção de que a transferência não é apenas apaixonamento neurótico, mas recordação em ato, que é possível dar a ela algum valor para além do de simples resistência ao tratamento. De fato, a transferência passará a figurar como mola mestra do tratamento, muito menos pelo entendimento banal de que ela segura o paciente em análise numa busca de amor mesmo que fadada ao fracasso, do que por ser ela que evidencia ao analista que os espíritos do inferno inconsciente, cujo pedido de associação livre é uma evocação, se apresentaram em corpo no tratamento.

Seria esperar demais que na pesquisa houvesse algo tão marcante quanto a experiência freudiana de ter uma histórica pulando em seu pescoço, dizendo-se apaixonada. Na verdade, quem esperar por isso para entender a transferência corre o risco de esperar para sempre, mesmo no consultório. O caso da transferência erotizada, apaixonada, se não se pode dizer raro, também não tem a frequência maciça com a qual se poderia fantasiar. Mas fato é que o analisando dá ao seu analista um lugar na sua fala; fantasia sobre o que ele pensa dele, provoca-o a assumir determinado papel, quer conquistar sua amizade ou despertar seu ódio, quer que o analista aprove ou desaprove seus atos e opiniões, quer que o analista lhe forneça uma resposta a uma determinada questão, para a qual aliás tem expectativas bastante bem formadas sobre o que pudesse ser tal resposta.

Quanto a esse jogo que articula afeto e saber, sedução e suposição, este sim podemos sem maiores dificuldades transpor para a pesquisa de campo. Ora, é tolo pensar que o pesquisador é um ser anódino, incolor e insípido, que sua presença em nada muda o dado. Trata-se, em diversos tipos de protocolos, aliás, de controlar esse tipo de influência, de retirar de cena o rosto e o desejo do pesquisador. Isso, porém, a partir da nossa perspectiva, é também tolo: tal como Freud soube positivar a resistência transferencial apaixonada de seus pacientes, identificando nelas uma lembrança em ato, é preciso também, na transposição do método psicanalítico para uma pesquisa de campo, notar o que se põe em ato na presença do pesquisador no campo. Citamos, quanto a isso, o embaraço de um grupo de torcedores ao ser entrevistado por uma mulher: ali, pediam respeito, que se controlasse o linguajar, que se mantivessem os modos. Disso, se depreendeu, primeiramente, que era o avesso evitado que marcava o grupo, estritamente masculino, em frente ao seu próprio suposto avesso, a mulher. A violência, o escracho, a piada suja, enfim, o misto de erotismo e agressividade, típicas das relações masculinas, frente à mulher devem ser postas de lado. Ao mesmo tempo, para além da questão da diferença sexual, há ali uma espécie de convocação feita à pesquisadora, de testemunho aos outros de que o grupo não era só violência e agressividade, pelas quais o grupo, aliás, estava ameaçado de ser banido a partir da vigência do Estatuto do Torcedor.

Problemas de ética

Outro modo de entender a questão da transferência é na diferenciação entre esta e a hipnose. Muito embora haja um raciocínio bastante repetido de que a psicanálise nasce no abandono da prática da hipnose, é preciso considerar que tal abandono não é tão radical assim. Em *Autobiografia* (2011 [1925a]), encontra-se o desenrolar desse abandono numa consideração bastante sóbria e esclarecedora. Ora, a utilização da hipnose antes de Freud era no sentido simplesmente de sugerir a cessação do sintoma. Ele parece reconhecer neste uso não apenas o alívio do sofrimento do paciente, mas também o alívio do médico hipnotizador, que superava o sentimento de impotência frente à paciente histérica, e ganhava a “reputação de fazer milagres” (FREUD, 2011 [1925a], p. 90).

Freud (2011 [1925a], p. 92), acrescenta à prática milagreira uma atitude de pesquisa (de outra feita, um “desejo de saber”), ao interrogar o paciente sob hipnose acerca do surgimento do sintoma, do qual o paciente acordado via de regra não tinha nenhuma lembrança. O caso Ana O. coloca em cena, mais que a recordação sobre a origem do sintoma, uma “fantasia afetiva” (FREUD, 2011 [1925a], p.93), também acessível pela hipnose.

A renúncia à prática explícita da hipnose é marcada pelo momento em que uma dócil paciente, ao acordar do transe, joga os braços ao redor do pescoço de Freud. É aí que, segundo ele, “em tácito acordo” (FREUD, 2011 [1925a], p. 103), os dois renunciam ao tratamento hipnótico. Por embaraço, certamente, mas também porque esse embaraço demonstrava com clareza o motivo da eficácia da hipnose, e também o motivo pelo qual, ao fim da relação pessoal entre médico e paciente, seus efeitos se anuviavam. O “efeito místico” (FREUD, 2011 [1925a], p. 103) da hipnose revelava-se no que a análise chamará, a partir de então, de transferência: nada mais nada menos que, no linguajar do hipnotizador, chamava-se “sugestionabilidade”.

A transferência, assim, não é um abandono da hipnose, pelo menos não enquanto “sugestionabilidade”, mas um entendimento e, sobretudo, um uso diferente dela. Não se tratará mais dela como fenômeno artificial, isolado, ligado à prática corrente da hipnose, mas algo que tem o tamanho das próprias relações humanas. É o que sustenta toda a autoridade (na medida

em que se pode diferenciá-la da simples força bruta); é o que se apresenta também na formação de grupos em torno dessa autoridade (na medida em que o mecanismo da identificação que une os membros do grupo parece reforçar a submissão à autoridade, ao líder); é o que se apresenta também no enamoramento comum. É nesse enamoramento, melhor dizendo, no entendimento metapsicológico do enamoramento como investimento de libido, que se encontrará a chave derradeira do entendimento do fenômeno (FREUD, 2011 [1921]).

Porém, quanto à sugestão em si, pensada como ordem dada ao paciente, aí podemos marcar uma diferença fundamental. Se nos parece absolutamente certo afirmar com Freud, a partir da mesma Autobiografia, que “não há dúvida que também a psicanálise trabalha por meio da sugestão, como outros métodos psicoterapêuticos” (FREUD, 2011 [1925a], p. 125), a sugestão psicanalítica está longe de ser a da cessação do sintoma, o do mero “ordenar ou proibir pela sugestão” (FREUD, 2011 [1925a], p. 92), mas faz tal ordenação ou proibição incidir apenas sobre as “resistências de transferência” (FREUD, 2011 [1925a], p. 125), proporcionando então o mesmo movimento que o próprio Freud atravessou: o de fazer remontar a “conduta transferencial” (FREUD, 2011 [1925a], p. 125), a vontade de ser sugestionado, a uma repetição de antigas relações de amor.

O que queremos deixar transparecer aqui é que a passagem da hipnose à transferência não se dá pelo isolamento de um novo fenômeno, pela postulação de um novo conceito, uma nova formulação teórica. Sequer nos parece que seja uma passagem técnica (ainda que seja necessário mudá-la inteiramente), mas antes uma passagem ética: trata-se de abster-se de sugerir, de resistir ao regozijo de ser aquele que, dono de um poder místico, opera milagres.

Mais ainda, trata-se de colocar em questão a “sugestionabilidade”, de desmontá-la ao remontá-la ao amor vivido na infância – portanto, marcado pela infantilidade. Seria, de certa forma, uma saída da “menoridade” kantiana (KANT, 1985 [1784]), no que esta é marcada exatamente pelo deixar-se voluntariamente ser conduzido pela autoridade, sem no entanto nenhuma promessa de maioridade como uso autônomo da razão. No lugar disso, apenas o entendimento das “relações de dependência”. O inconsciente, inarredável, continuará infantil, ainda haverá libido, sugestão, transferência, tudo isso, mas haverá nos bons casos uma lembrança de que é possível (e necessário), episodicamente que seja, abrir mão dos amores fadados ao fracasso.

Abster-se de sugerir coloca em outro contexto o mandamento, ao mesmo tempo técnico e ético, da abstinência, pois revela que sua abrangência é bem maior do que abster-se do contato sexual com o paciente. É preciso remeter aqui, como sempre, a sexualidade ao conceito metapsicológico da libido, para vê-la então, em retorno, atravessar desde a carne até a autoridade, desde o tesão até a hipnose e a sugestão. Levar o tratamento em abstinência, então, é evitar tanto a satisfação sexual, seja de analista ou de analisando, quanto a satisfação hipnótica – do paciente, que deseja uma palavra de ordem ou de proibição, e do analista, sempre tentado por um possível reconhecimento como milagreiro. Toda a extrema economia de intervenção que a psicanálise a duras penas sustenta (pois o milagreiro é sempre um sucesso de público) se funda aí.

Ora, torna-se então necessário pensar a intervenção – interpretação, construção, corte, o que seja – psicanalítica a partir desta mudança ética. Se Freud está certo em sua Autobiografia, a intervenção ainda é sugestão. Não conseguimos imaginar que poderia ser outra coisa. No entanto, em aparente paradoxo, trata-se aqui de sugerir a partir de uma ética que supõe abster-se de sugerir, e que de todo modo vai exatamente contra o cerne da sugestão, contra as “resistências da transferência”. MD Magno (1994)

propõe, para tal, a fórmula: sugerir a não-sugestão, sugerir a suspensão de toda sugestão.

Assim também em Freud, para quem a interpretação, inicialmente do sonho – (2010 [1911]) – mas também da transferência – (2010 [1912]), tem um tempo e uma função certas: quando a associação estanca, quando a resistência surge, quando a transferência toma o espaço da cura como demanda de amor ou de sugestão. De resto, sabe-se, o melhor a se fazer é nada, ou seja, deixar que o paciente fale.

Devemos então novamente perguntar-nos sobre a transposição deste problema ético da clínica até o trabalho de campo. Aqui arriscamo-nos a uma generalização ainda maior. O trabalho acadêmico, seja ele em psicanálise, em psicologia social, ou em qualquer área, demanda a publicização dos resultados. Trata-se de uma exigência que habita o cerne mesmo da *universitas*: a possibilidade de transmissão e de confrontação do saber produzido depende de torná-lo público. Isso se traduz, na universidade contemporânea, em pressão de publicação, de produção de artigos, livros, patentes, etc., do qual, aliás, este trabalho em grande parte é fruto. Não se trata aqui de fazer a discussão (de máxima importância, mas além dos limites deste texto, ainda que tenhamos que marcar a incompatibilidade entre essa “pressão a dizer” e a atitude de escuta própria da análise) das consequências desta pressão ou dos motivos políticos e estatísticos que residem por trás dela. O que queremos é chamar a atenção para a enorme responsabilidade que nos é imposta com essa pressão: é preciso dizer alguma coisa, desde o lugar próprio, para usar o termo laciano que tão bem cabe aqui, do Sujeito Suposto Saber.

Seria possível pensar a escrita acadêmica pela mesma via da intervenção analítica? Pensá-la, então, como sendo da mesma natureza e como tendo as mesmas exigências que se pode postular para a intervenção do analista? É possível escrever sugerindo, como quer Magno, a “não-sugestão”, a suspensão de sugestões? Até que ponto um artigo acadêmico pode comportar uma abertura ao inconsciente? Até que ponto pode ele servir de ato analítico? Até que ponto ele pode comportar um silêncio?

Sobre o artigo

Recebido: 24/10/2012

Aceito: 12/11/2012

Referências bibliográficas

- BATISTA, K. **Entre torcer e ser banido, vamos nos (re)organizar: Um estudo psicanalítico da Torcida Trovão Azul**. 2011, 177f. Dissertação (Mestre em Psicologia Social) —Núcleo de pós-graduação em psicologia social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2011.
- BREUER, J.; FREUD, S. Estudos sobre histeria (1893-1895). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas Psicológicas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. II.
- CANGULHEM, G. **O normal e o patológico** (1966). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CHÂTELET, F. **Uma história da razão - entrevistas com Émile Noël**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- DUMONT, L. **Essais sur L'individualisme: Une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne**. Paris: Seuil, 1983.
- EHREMBERG, A. O sujeito cerebral. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, p. 187-213, 2009.
- FEYERABEND, P. **A ciência em uma sociedade livre**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FREUD, S. O uso da interpretação dos sonhos na psicanálise (1911). In: _____. **Sigmund Freud, Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, v. X, p. 122-132.
- FREUD, S. Artigos sobre técnica (1911-1915). In: _____. **Sigmund Freud, Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, v. X, p. 122-228.
- FREUD, S. Recomendações ao médico que pratica a psicanálise (1912). In: _____. **Sigmund Freud, Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, v. X, p. 147-162.
- FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar (1914a). In: _____. **Sigmund Freud, Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, v. X, p. 193-209.
- FREUD, S. Introdução ao Narcisismo (1914b). In: _____. **Sigmund Freud, Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, v. XII, p. 13-50.
- FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu (1921). In: _____. **Sigmund Freud, Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, v. XV, p. 13-113.
- FREUD, S. O eu e o id (1923). In: _____. **Sigmund Freud, Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, v. XVI, p. 13-74.
- FREUD, S. Autobiografia (1925a). In: _____. **Sigmund Freud, Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, v. XVI, p. 75-167.
- FREUD, S. As resistências à psicanálise (1925b). In: _____. **Sigmund Freud, Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, v. XVI, p. 252-266.
- FREUD, S. Análise Terminável e Interminável (1937). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas Psicológicas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. XXIII, p. 247-290.

FREUD, S. Moisés e o Monoteísmo: três ensaios (1939). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas Psicológicas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. XXIII, p. 16-167.

KANT, I. Resposta à pergunta: que é Esclarecimento (Aufklärung)? (1784) In: _____. **Textos seletos – edição bilíngue**. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 100-117.

KOYRÉ, A. **Do mundo fechado ao universo infinito** (1957). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

LACAN, J. **O seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise** (1954-1955). Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

MAGNO, MD. **A natureza do vínculo**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. **Pistas do método cartográfico**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

POPPER, K. A lógica da investigação científica (1934). In: **Os Pensadores**, São Paulo: Abril, 1975, vol. XLIV, p. 263-384.

SANTOS, E. **Processos de subjetivação de pessoas que vivem com HIV/AIDS: considerações acerca de um grupo de adesão ao tratamento**. 2012, 114f. Dissertação (Mestre em Psicologia Social) —Núcleo de pós-graduação em psicologia social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2012.

SOUZA, C. **Política pública de assistência social em análise: história, valores e práticas**. 2012, 100f. Dissertação (Mestre em Psicologia Social) —Núcleo de pós-graduação em psicologia social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2012.